



## ANEXO 1

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente contratação fundamenta-se no art. 6º, inciso XXIII, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021, estando precedida de Estudo Técnico Preliminar que demonstrou a necessidade da aquisição.
- 1.2. Trata-se de fornecimento de bem permanente, com instalação, de natureza comum, a ser contratado mediante procedimento licitatório na forma definida no edital.

#### 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente possui como diretriz institucional o fortalecimento das políticas públicas voltadas à gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos, promovendo o apoio às cooperativas de reciclagem do Município de Passo Fundo.
- 2.2. A aquisição de uma nova prensa hidráulica mostra-se imprescindível para assegurar maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pela cooperativa beneficiada, especialmente no que se refere à compactação de materiais recicláveis. O equipamento permitirá significativa redução volumétrica dos resíduos triados, conferindo maior agilidade ao processo produtivo, melhoria na organização do espaço físico e otimização da logística de armazenamento e comercialização.
- 2.3. Cumpre destacar que as cooperativas de reciclagem exercem relevante função socioambiental, não apenas ao promover a separação e o reaproveitamento de resíduos, mas também ao proporcionar inclusão social e geração de trabalho e renda a pessoas em situação de vulnerabilidade. Assim, a presente contratação encontra respaldo não apenas na política ambiental, mas também nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da promoção do desenvolvimento social.
- 2.4. A medida está alinhada às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), especialmente no que se refere à valorização dos resíduos, à inclusão social dos catadores e ao fortalecimento da economia circular.
- 2.5. A aquisição decorre de recurso oriundo de Emenda Parlamentar Federal da Deputada Reginete, destinada ao Município de Passo Fundo por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal, tendo como finalidade o fortalecimento das atividades de reciclagem desenvolvidas no âmbito municipal.



### 3 – DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição e instalação de Prensa Hidráulica de Caçamba com capacidade mínima de 70 (setenta) toneladas, dotada de sistema de bomba dupla, esteira de alimentação integrada e em plena conformidade com a NR-12, destinada à Cooperativa de Trabalho dos Recicladores do Parque Bela Vista – RECIBELA, inscrita no CNPJ nº 21.556.649/0001-63, com sede na Estrada São João da Bela Vista, s/nº, Interior, Passo Fundo/RS, visando ao aprimoramento da infraestrutura operacional da unidade de triagem, compactação e comercialização de resíduos recicláveis, incluindo o fornecimento, montagem, testes de funcionamento e pleno comissionamento do equipamento.

### 4 – DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A Prensa Hidráulica objeto da contratação deverá possuir capacidade mínima de 70 (setenta) toneladas de força de compactação, atendendo aos parâmetros mínimos de desempenho e produtividade compatíveis com a demanda operacional da Cooperativa RECIBELA.

4.2. O equipamento deverá apresentar, no mínimo, os seguintes resultados de compactação por fardo produzido:

4.2.1. Até 600 kg para papel e papelão;

4.2.2. Até 380 kg para plásticos;

4.2.3. Desempenho adequado na prensagem de materiais como PP (polipropileno), PEAD (polietileno de alta densidade), plástico filme e outros resíduos recicláveis de características semelhantes.

4.3. Quanto às especificações técnicas mínimas, o equipamento deverá contemplar:

4.3.1. Motor com potência mínima de 30 cv;

4.3.2. Bomba hidráulica com vazão mínima de 200 litros por minuto;

4.3.3. Esteira de alimentação integrada ao sistema de prensagem;

4.3.4. Capacidade produtiva mínima de 03 (três) fardos por hora trabalhada.

4.4. O equipamento deverá atender integralmente às normas de segurança aplicáveis, especialmente à NR-12, contemplando, no mínimo:

4.4.1. Proteção nas zonas de prensagem, com enclausuramento e sistemas de intertravamento;

4.4.2. Cortina de luz tipo 4, quando aplicável;

4.4.3. Dispositivo de parada de emergência;

4.4.4. Sistema de rearme manual, a fim de impedir acionamento automático após falhas;



- 4.4.5. Válvulas em redundância com monitoramento dinâmico;
- 4.4.6. Sistema de retenção mecânica ou hidráulica que impeça a queda do martelo em caso de falha.
- 4.5. O projeto e a fabricação do equipamento deverão observar as normas técnicas pertinentes, em especial:
  - 4.5.1. ABNT NBR 16579 – Requisitos de segurança para prensas hidráulicas;
  - 4.5.2. ABNT NBR ISO 12100 – Segurança de máquinas – Avaliação e redução de riscos.
- 4.6. O fornecedor deverá disponibilizar:
  - 4.6.1. Manual de instruções em língua portuguesa;
  - 4.6.2. Procedimentos de operação e manutenção preventiva e corretiva;
  - 4.6.3. Treinamento operacional e de segurança em conformidade com a NR-12 para os operadores indicados;
  - 4.6.4. Registro de inspeções e laudos técnicos pertinentes.
- 4.7. Deverá ser assegurada garantia mínima de 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação, bem como suporte técnico durante o período de garantia.
- 4.8. Não será permitida a subcontratação do objeto, considerando a natureza técnica e a responsabilidade integral do contratado quanto ao fornecimento, instalação e funcionamento do equipamento.

## 5 – PRAZO E EXECUÇÃO

- 5.1. O prazo máximo para fornecimento, entrega, instalação, testes operacionais e pleno comissionamento do equipamento será de até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme previsto no instrumento contratual.
- 5.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado, de forma excepcional, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e comprovada, e desde que aceita pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3. A contratada deverá comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do prazo pactuado.



## 6 – GARANTIA E ASSISTÊNCIA

- 6.1. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, abrangendo defeitos de fabricação, montagem, instalação e funcionamento.
- 6.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica integral, sem ônus adicional para a Administração, incluindo substituição de peças, componentes e demais elementos que apresentem falhas decorrentes de vício ou defeito.
- 6.3. O atendimento técnico deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da formalização do chamado pela contratante, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela fiscalização do contrato.
- 6.4. Caso o equipamento permaneça inoperante por período superior ao razoável para reparo, a Administração poderá exigir solução técnica imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## 7 – RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. O recebimento do objeto dar-se-á em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:
- I – Recebimento Provisório: ocorrerá após a entrega, instalação e realização dos testes operacionais, mediante verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- II – Recebimento Definitivo: será efetuado após a verificação do pleno funcionamento do equipamento, análise da documentação técnica exigida (manuais, laudos, certificados, ART quando aplicável) e comprovação do atendimento integral às exigências contratuais.
- 7.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança e funcionamento do equipamento, nos termos da legislação aplicável.

## 8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A contratada deverá prestar os serviços “*in loco*”, utilizando os padrões da legislação vigente.
- 8.2. O transporte e montagem do equipamento deverá ser realizada, integralmente, pela contratada.
- 8.3. Durante as visitas para a instalação do equipamento, os técnicos deverão reportar-se ao fiscal do contrato e emitir o Relatório Técnico relativo aos trabalhos realizados, no qual terá como objetivo a comprovação do feito. Este Relatório de Serviço e entrega do equipamento deverá estar anexo, na Nota Fiscal a ser encaminhada ao Contratante.



- 8.4. A equipe a ser designada pela empresa, para a execução dos serviços contratados, deverá ser própria e contar com apoio técnico/administrativo da mesma, não sendo permitida em hipótese alguma, a transferência das obrigações da empresa a terceiros.
- 8.5. As entradas e saídas de equipamentos, materiais e/ou ferramental de propriedade da Contratada deverão ser registrados conforme normas da Contratante.
- 8.6. A Contratada deverá possuir todo o ferramental e aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, mantendo os locais de trabalho limpo e desimpedido, bem como, obedecer às disposições estabelecidas pelo fiscal do contrato.
- 8.7. Prestar serviços dentro dos parâmetros de rotina estabelecidos, fornecendo todos os materiais e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com observância das recomendações aceita pela boa técnica, normas e legislações pertinentes.
- 8.8. Executar novamente serviços tidos como não satisfatórios, sempre que solicitado pela Contratante.
- 8.9. A Contratada responderá pelos prejuízos que causar, bem como se responsabilizará civil e criminalmente pelos atos que caracterizar negligência e imperícia na realização dos serviços contratados.
- 8.10. Os equipamentos elétricos do equipamento fornecido pela empresa Contratada devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica da Contratante, sendo de total responsabilidade da Contratada quaisquer danos ocasionados devido à inobservância deste item, bem como deverá a Contratada providenciar os reparos pertinentes em até 24 horas e arcar com os devidos custos.
- 8.11. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 8.12. A hipótese de desativação de qualquer equipamento por decisão técnica administrativa da Contratante, poderá ser excluído do contrato, mediante aviso protocolado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à Contratada e, neste caso, haverá a diminuição correspondente do preço total.

## 9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. A contratante deverá indicar formalmente o gestor e ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 9.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, desde que devidamente identificados, a todos os locais onde se fizerem necessários seus serviços.



9.3. Não permitir a intervenção de terceiro no equipamento, objeto do contrato.

9.4. Dar ciência à Contratada de qualquer irregularidade na execução dos serviços.

9.5. Após a conferência e aprovação do relatório de prestação dos serviços e entrega apresentados pela Contratada e devidamente analisado por técnico da contratante, autorizar a emissão do faturamento respectivo.

## 10 – FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização dos serviços caberá ao Município, que indicará o órgão fiscalizador do contrato e respectivos responsável técnico e fiscal de contrato. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a qualidade dos serviços executados, instalação do equipamento, entre outros, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas.

10.2. A contratada deverá fornecer todos os dados relativos a execução dos serviços, à fiscalização do município, sob pena de aplicação de sanções e multas.

10.3. Os serviços deverão ser executados pela contratada, a partir da data definida na Ordem de Serviço expedida após a assinatura do contrato.

## 11– DO PREÇO

11.1. Os preços estimados do presente termo foram obtidos conforme média dos orçamentos de empresas do ramo pertinente, no montante de R\$ 390.000,00, sendo os valores compatíveis com os aplicados no mercado.

11.2. O preço global orçado pela Administração para o objeto a ser contratado é considerado valor máximo de proposta, sendo desclassificado aquelas propostas que excederem esse valor.

11.3. O pagamento será efetuado nos termos contratuais, **através da dotação nº 2026/3294.**

## 12 – DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços.

12.2. A comprovação a que se refere o item 12.1 poderá ser efetuada pelo somatório das





quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante;

12.3. Declaração de Visita Técnica e de pleno conhecimento dos serviços a serem prestados, comprovando que a empresa licitante, através de representante legal, visitou o local (cooperativa) onde será instalado o equipamento.

12.3.1. A Cooperativa RECIBELA fica situada na Estrada São João da Bela Vista s/nº, Interior, Passo Fundo/RS.

12.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

12.5. O Responsável Técnico deverá estar registrado no respectivo órgão de classe correspondente.

12.6. O Responsável Técnico deverá seguir a Norma Regulamentadora/NR – 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas, bem como, os requisitos de segurança para prensas hidráulicas – ABNT NBR 16579 e apreciação e redução de riscos (NBR ISO 12100).

### 13 – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Demais informações/esclarecimentos referentes ao objeto do presente termo deverão ser solicitados diretamente no Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), na forma e no prazo especificados no edital.

Passo Fundo, 19 de fevereiro de 2026.

**LUIZ FABRICIO SCHEIS**

Secretário Municipal de Meio Ambiente  
*Assinado Eletronicamente*

**JEANA MARCHINI CAINELLI**

Matrícula 25794  
*Assinado Eletronicamente*